

MANDATOS PRESIDENCIAIS E RESILIÊNCIA DAS PMES EM MOÇAMBIQUE: UMA PERSPECTIVA DE 2005 A 2024

Presidential Terms And Sme Resilience In Mozambique: A Perspective From 2005 To 2024

Mandatos Presidenciales Y Resiliencia De Las Pymes En Mozambique: Una Perspectiva De 2005 A 2024

Stélio Bila⁴³

E-mail: sbila4@gmail.com

Autor para correspondência: miguelbungo1108@yahoo.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Bila, S. (2025). Mandatos Presidenciais E Resiliência Das Pmes Em Moçambique: Uma Perspectiva De 2005 A 2024. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(7), pp. 388-412. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/10>.

RESUMO

Em Moçambique, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) são essenciais para o crescimento económico e a estabilidade social. No entanto, enfrentam desafios significativos devido às frequentes mudanças nas políticas governamentais associadas a diferentes mandatos presidenciais. Este estudo identifica uma lacuna significativa na literatura sobre o impacto directo dessas mudanças políticas nas operações e sustentabilidade das PMEs moçambicanas. A pesquisa adoptou uma metodologia qualitativa, utilizando entrevistas em profundidade com proprietários e gestores de PMEs para explorar como as alterações nas políticas governamentais afectam as suas empresas. As entrevistas foram analisadas usando a análise de conteúdo por meio do *software NVivo 12*, permitindo uma investigação detalhada dos dados qualitativos para identificar temas e padrões emergentes. Os

resultados revelam que as PMEs são extremamente sensíveis às flutuações políticas, que frequentemente resultam em mudanças regulatórias rápidas e alterações de subsídios, afectando negativamente tanto a operacionalidade quanto o planeamento estratégico das empresas. As PMEs lutam para adaptar-se a essas mudanças rápidas, o que frequentemente resulta em desafios financeiros significativos e obstáculos ao crescimento. A conclusão principal do estudo é que a instabilidade política e as mudanças políticas imprevisíveis representam riscos substanciais para a sustentabilidade das PMEs em Moçambique. Essa volatilidade não apenas inibe o crescimento económico, mas também compromete a capacidade das PMEs de contribuir efectivamente para o desenvolvimento económico do país. Portanto, recomenda-se que as futuras políticas governamentais priorizem a estabilidade e a previsibilidade para apoiar as PMEs. Isso

⁴³ Doutorando em Gestão de Empresas, na USTM – Moçambique.



inclui a implementação de políticas fiscais e regulatórias consistentes e a criação de um ambiente que facilite o planeamento a longo prazo e a sustentabilidade das PME's. Essas medidas são cruciais para garantir que as PME's possam prosperar e continuar a ser um pilar vital da economia de Moçambique.

Palavras-chave: PME's, políticas governamentais, Moçambique, estabilidade política, sustentabilidade empresarial.

ABSTRACT

In Mozambique, Small and Medium Enterprises (SMEs) are crucial for economic growth and social stability. However, they face significant challenges due to frequent changes in government policies associated with different presidential mandates. This study identifies a substantial gap in the literature regarding the direct impact of these political changes on the operations and sustainability of Mozambican SMEs. The research adopted a qualitative methodology, utilizing in-depth interviews with SME owners and managers to explore how changes in government policies affect their businesses. The interviews were analyzed using content analysis through NVivo 12 software, enabling a detailed investigation of qualitative data to identify emerging themes and patterns. The findings reveal that SMEs are highly sensitive to political fluctuations, which often result in rapid regulatory changes and subsidy alterations, negatively impacting both the operational and strategic planning of the businesses. SMEs struggle to adapt to these swift changes, frequently resulting in significant financial challenges and growth obstacles. The main conclusion of the study is that political instability and unpredictable policy changes pose

substantial risks to the sustainability of SMEs in Mozambique. This volatility not only inhibits economic growth but also compromises the ability of SMEs to effectively contribute to the country's economic development. Therefore, it is recommended that future government policies prioritize stability and predictability to support SMEs. This includes implementing consistent fiscal and regulatory policies and creating an environment that facilitates long-term planning and sustainability for SMEs. These measures are crucial to ensure that SMEs can thrive and continue to be a vital pillar of Mozambique's economy.

Keywords: SMEs, government policies, Mozambique, political stability, business sustainability.

RESUMEN

En Mozambique, las pequeñas y medianas empresas (pymes) son fundamentales para el crecimiento económico y la estabilidad social. Sin embargo, se enfrentan a retos importantes debido a los frecuentes cambios en las políticas gubernamentales asociados a los diferentes mandatos presidenciales. Este estudio identifica una laguna importante en la bibliografía sobre el impacto directo de estos cambios políticos en las operaciones y la sostenibilidad de las pymes mozambiqueñas. La investigación adoptó una metodología cualitativa, utilizando entrevistas en profundidad con propietarios y gerentes de pymes para explorar cómo los cambios en las políticas gubernamentales afectan a sus empresas. Las entrevistas se analizaron mediante el análisis de contenido con el software NVivo 12, lo que permitió una investigación detallada de los datos cualitativos para identificar temas y patrones emergentes. Los resultados revelan que las pymes son

extremadamente sensíveis a las fluctuaciones políticas, que a menudo dan lugar a rápidos cambios normativos y modificaciones de las subvenciones, lo que afecta negativamente tanto al funcionamiento como a la planificación estratégica de las empresas. Las pymes luchan por adaptarse a estos rápidos cambios, lo que a menudo se traduce en importantes retos financieros y obstáculos para el crecimiento. La principal conclusión del estudio es que la inestabilidad política y los cambios políticos impredecibles representan riesgos sustanciales para la sostenibilidad de las pymes en Mozambique. Esta volatilidad no solo inhibe el crecimiento económico, sino que también compromete la capacidad de las pymes para contribuir eficazmente al desarrollo económico del país. Por lo tanto, se recomienda que las futuras políticas gubernamentales den prioridad a la estabilidad y la previsibilidad para apoyar a las pymes. Esto incluye la aplicación de políticas fiscales y normativas coherentes y la creación de un entorno que facilite la planificación a largo plazo y la sostenibilidad de las pymes. Estas medidas son cruciales para garantizar que las pymes puedan prosperar y seguir siendo un pilar vital de la economía de Mozambique.

Palabras clave: pymes, políticas gubernamentales, Mozambique, estabilidad política, sostenibilidad empresarial.

1. Introdução

A sobrevivência e a prosperidade das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em Moçambique são vitais para a estabilidade económica e a redução da pobreza neste país em desenvolvimento. As PMEs representam uma parcela significativa do tecido empresarial,

desempenhando um papel crucial no emprego e na geração de renda. No entanto, o ambiente em que operam é frequentemente marcado por instabilidades políticas que afectam directamente a sua capacidade de funcionar e prosperar.

Embora haja uma extensa literatura sobre o impacto das políticas governamentais nas PMEs globalmente, poucos estudos têm se concentrado especificamente no contexto de Moçambique. Estudos anteriores têm explorado a influência de factores económicos gerais, como inflação e acesso ao crédito, mas há uma lacuna significativa no entendimento de como as mudanças nos mandatos presidenciais e as correspondentes alterações políticas afectam directamente essas empresas. Essa falta de pesquisa específica cria uma lacuna prática e teórica, deixando as PMEs mal preparadas para navegar num ambiente político volátil.

O presente estudo busca preencher essa lacuna, explorando como as alterações nas políticas governamentais durante os diferentes mandatos presidenciais influenciam as operações, a sustentabilidade e as estratégias de crescimento das PMEs em Moçambique. O objectivo geral deste estudo é compreender melhor e



documentar as relações complexas entre a política governamental e a performance das PME's neste contexto específico.

Para abordar esta questão, o estudo adopta uma metodologia qualitativa, utilizando entrevistas em profundidade com proprietários e gestores de PME's locais. Essa abordagem permitiu uma compreensão rica e contextualizada dos desafios enfrentados por esses empresários e gestores, além de captar as suas percepções e respostas às dinâmicas políticas. Além disso, a análise de conteúdo através do *software NVivo 12* foi empregada para identificar temas recorrentes e padrões nas narrativas dos entrevistados, fornecendo *insights* robustos e detalhados sobre a matéria.

Este estudo não apenas amplia o conhecimento académico, mas também oferece orientações práticas para políticos, formuladores de políticas e líderes empresariais interessados em fomentar um ambiente mais estável e propício para o crescimento das PME's em Moçambique.

2. Metodologia

Este capítulo delinea a metodologia utilizada na pesquisa qualitativa que visa desvendar como as políticas governamentais influenciam a sobrevivência e a prosperidade das PME's em Moçambique, particularmente em face das mudanças nos mandatos presidenciais. O objectivo é compreender profundamente como essas mudanças afectam as entidades empresariais, explorando as experiências e percepções dos envolvidos.

Nesse sentido, adoptamos uma abordagem qualitativa para esta pesquisa, conforme recomendado por Denzin e Lincoln (2011), que é apropriada para capturar a complexidade dos fenómenos sociais a partir das perspectivas dos participantes. Este método é ideal para investigar as nuances das opiniões, motivações e decisões dos indivíduos afectados pelas políticas governamentais (Creswell & Poth, 2018, p. 45).

Os participantes foram seleccionados através de uma amostragem por propósito, que consiste na escolha de indivíduos que possuem conhecimento profundo ou experiência relevante nos temas investigados (Patton, 2015, p. 230). Para este estudo,

seleccionamos proprietários e gestores de PMEs, bem como consultores de desenvolvimento empresarial, representantes de ONGs e funcionários e agentes do Estado, afectos no Ministério da Economia e Finanças, totalizando 30 participantes, o que garantiu uma diversidade de perspectivas sobre o impacto das políticas governamentais.

A colecta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, que permitiram flexibilidade para explorar as respostas dos entrevistados com profundidade. As entrevistas foram conduzidas tanto pessoalmente quanto via chamadas de vídeo, com duração média de 45 minutos cada, e foram gravadas e transcritas com o consentimento dos participantes (Rubin & Rubin, 2012, p. 29).

A análise dos dados foi feita utilizando o *software NVivo 12*, que suporta uma análise qualitativa detalhada do conteúdo textual. Seguimos uma metodologia mista de análise de conteúdo e de discurso, conforme descrito por Krippendorff (2013, p. 112) e Gee (2014, p. 89). O processo no *NVivo 12* envolveu várias etapas detalhadas.

Todas as transcrições foram importadas para o *NVivo* e revistas para familiarização com o conteúdo, seguido

pela codificação inicial, onde os conceitos foram identificados e marcados como “nós” para organização preliminar dos temas emergentes. Posteriormente, os “nós” temáticos foram agrupados em categorias maiores, facilitando a análise temática e a exploração das conexões entre os temas para entender as suas inter-relações e impactos nas PMEs. Além disso, foi realizada uma análise de discurso usando consultas de texto para examinar discussões sobre instabilidade política e apoio governamental, e técnicas de aferição de consistência foram empregues para validar a confiabilidade das interpretações.

Além disso, a validade dos dados foi reforçada pela triangulação, utilizando múltiplas fontes de dados, incluindo documentos oficiais e relatórios de ONGs (Yin, 2018, p. 122). Todas as participações foram voluntárias e conduzidas de acordo com as directrizes éticas, com consentimento informado obtido de todos os participantes.

As limitações do estudo incluem a possível subjectividade nas interpretações dos dados e a amostragem limitada a áreas específicas de Moçambique, que pode não reflectir a

diversidade complexa das experiências das PME's em todo o país.

3. Quadro Teórico

A dinâmica entre os mandatos presidenciais e a performance das PME's em Moçambique pode ser compreendida por meio de duas abordagens teóricas principais: a Teoria Institucional e a Teoria da Dependência de Recursos. Estas abordagens fornecem um quadro analítico para entender como as políticas governamentais e a disponibilidade de recursos essenciais influenciam o ambiente de negócios e, por consequência, a sustentabilidade e o crescimento das PME's em Moçambique.

3.1. Teoria Institucional

Segundo Scott (2008), a Teoria Institucional examina como as estruturas formais e informais, incluindo leis, normas e costumes, moldam o comportamento das organizações. Em Moçambique, as políticas resultantes de diferentes mandatos presidenciais criam um arcabouço regulatório que pode tanto impulsionar quanto restringir as actividades das PME's. As normas institucionais determinam largamente as oportunidades e os desafios para estas empresas, influenciando directamente a

sua capacidade de adaptação e sobrevivência em um ambiente competitivo e por vezes instável.

Scott (2008) sugere que as instituições não somente limitam os comportamentos, mas também criam oportunidades, oferecendo a infraestrutura necessária para o desenvolvimento empresarial. Por exemplo, as políticas que visam a melhoria da infraestrutura e a redução da burocracia podem facilitar significativamente a operação das PME's, enquanto que mudanças frequentes e imprevisíveis podem gerar incerteza, afectando adversamente a confiança dos empresários e investidores.

DiMaggio e Powell (1983) introduzem o conceito de isomorfismo institucional, explicando como as organizações dentro de um mesmo campo tendem a homogeneizar-se devido à pressão por conformidade. As PME's em Moçambique, portanto, podem adaptar-se às mudanças de políticas para manter a legitimidade e acessar os recursos cruciais, tais como financiamentos governamentais e incentivos fiscais.

3.2. Teoria da Dependência de Recursos

Pfeffer e Salancik (2003) argumentam que a sobrevivência das organizações é fortemente influenciada pela sua capacidade de obter recursos essenciais, que frequentemente estão sob controle governamental ou sujeitos a regulamentações estritas. A dependência desses recursos torna as PMEs particularmente vulneráveis às mudanças nas políticas governamentais e à estabilidade política do país.

Hillman, Withers e Collins (2009) discutem como as organizações devem gerir as suas dependências externas através da negociação e influência sobre o ambiente político. Para as PMEs em Moçambique, isso pode significar uma participação activa em associações empresariais, engajamento em diálogos políticos ou adaptação dos seus modelos de negócios às prioridades políticas vigentes.

A alternância de governos e a introdução de novas políticas podem alterar significativamente a disponibilidade e as condições de recursos críticos, como financiamento, acesso a mercados e tecnologias avançadas. Assim, a estabilidade política e a continuidade de políticas de suporte às PMEs são essenciais para assegurar um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento dessas empresas.

Em suma, a integração das Teorias Institucional e da Dependência de Recursos proporciona um quadro robusto para analisar como os mandatos presidenciais afectam as PMEs em Moçambique. Este quadro teórico destaca a interdependência entre as políticas governamentais, a estabilidade política e a capacidade das PMEs de acessar recursos vitais, adaptar-se a regulamentações e responder às dinâmicas do mercado. Compreender essas interações é crucial para formular estratégias que promovam a resiliência e sustentabilidade das PMEs em ambientes políticos variáveis.

4. Revisão da Literatura

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre a influência dos mandatos presidenciais nas PMEs em Moçambique, explorando o contexto histórico e político, as políticas governamentais e a situação actual das PMEs. A análise é fundamentada na Teoria Institucional e na Teoria da Dependência de Recursos, visando oferecer uma compreensão robusta e consistente sobre como os mandatos presidenciais e as políticas governamentais afectam essas empresas.

4.1. Contexto Histórico e Político de Moçambique

Desde a sua independência em 1975, liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Moçambique tem experimentado uma série de transformações políticas significativas. Inicialmente adoptando um modelo marxista-leninista, o país transitou para um sistema multipartidário em 1990, marcando uma mudança ideológica e política profunda. Apesar das promessas de ruptura com o passado colonial, o governo manteve práticas centralizadoras, que continuam a influenciar profundamente o ambiente económico e empresarial. Brito (2019) analisa esta continuidade de práticas e destaca como a persistência de estruturas centralizadas tem afectado a distribuição de recursos e a eficiência económica, limitando potencialmente o desenvolvimento de sectores económicos chave, incluindo as PME.

Esta centralização governamental tem implicações directas na maneira como as políticas são formuladas e implementadas, afectando a capacidade de resposta do governo às necessidades locais e à dinâmica do mercado. Segundo Brito (2019, p. 58), embora o discurso oficial tenha evoluído, muitas das práticas administrativas e estratégias de desenvolvimento

permanecem semelhantes às do período colonial, o que pode criar obstáculos ao empreendedorismo e à inovação. A transformação para um sistema multipartidário, embora tenha introduzido uma nova dinâmica política, não necessariamente se traduziu em uma descentralização efectiva do poder económico, o que é crucial para um ambiente de negócios saudável e competitivo.

Compreende-se, portanto, que os governos desempenham um papel crucial na correcção de falhas de mercado, na criação de valor económico e social, e na promoção da estabilidade macroeconómica. Essas funções são fundamentais para garantir que os benefícios do crescimento económico sejam amplamente distribuídos e que os mercados operem de forma eficiente e justa. Eniola e Entebang (2015, p. 239) destacam a importância das políticas governamentais que visam regular e estabilizar a economia, argumentando que as intervenções estratégicas podem mitigar desequilíbrios significativos que nem sempre são auto-corrigidos pelo mercado. Essas políticas incluem medidas de estímulo económico, regulamentações que promovem a

concorrência leal e esforços para controlar a inflação.

No contexto de Moçambique, a transição do Estado tem sido marcada por desafios na implementação de uma governação eficaz que alavanque o desenvolvimento económico e empresarial. Ongolo e Owino (2013, p. 112) criticam a maneira como a gestão estatal moçambicana falhou em traduzir os princípios de boa governação em acções concretas que reflectem nas políticas locais. Esta falha na implementação resultou em lacunas significativas que impedem a criação de um ambiente de negócios propício, influenciando negativamente tanto a atractividade para investimentos externos quanto o suporte para empreendimentos locais, incluindo as PMEs. A falta de eficácia das políticas pode ser atribuída, em parte, a sistemas burocráticos ineficientes e a uma falta de transparência e responsabilidade no processo político.

Além disso, as políticas ineficazes têm ramificações mais amplas que afectam a confiança dos investidores e a estabilidade económica, que são cruciais para o crescimento sustentável. A necessidade de reformas políticas e económicas em Moçambique é imperativa para garantir que as estruturas

de governação possam verdadeiramente apoiar o desenvolvimento económico e responder às necessidades da população. Investir em capacidades institucionais que possam efectivamente traduzir a política em prática é essencial para fechar essas lacunas e promover um ambiente mais dinâmico e inclusivo para os negócios (Eniola & Entebang, 2015, p. 242).

4.2. Políticas Governamentais e Suporte às PMEs

Governos ao redor do mundo têm reconhecido a importância das PMEs como motores do desenvolvimento económico e instrumentos para a redução da pobreza. Consequentemente, têm desenvolvido políticas específicas para apoiar esses negócios. Charbonneau e Menon (2013, p. 34) detalham como programas de financiamento, incentivos fiscais e a criação de ambientes empresariais favoráveis são essenciais para incentivar o empreendedorismo e facilitar o crescimento das PMEs. Estas políticas não apenas ajudam na sustentabilidade das PMEs, mas também estimulam a inovação e o emprego, contribuindo significativamente para a economia local.

Em Moçambique, a conferência "*Conhecer e Usar o Financiamento para PMEs*" é um exemplo das iniciativas



governamentais voltadas para melhorar o acesso ao crédito para as OMEs. Esta iniciativa, realizada em 2007, procurou unir empreendedores, bancos e seguradoras para discutir e abordar as barreiras ao financiamento que muitas PME's enfrentam no país (MIC, 2007, p. 12). O evento destacou a necessidade de uma compreensão mútua entre os prestadores de serviços financeiros e os pequenos empresários, visando facilitar o acesso ao crédito necessário para expandir e modernizar os seus negócios. Este tipo de interacção ajuda a alinhar as estratégias das instituições financeiras com as necessidades reais do sector empresarial local.

Além disso, estas políticas de apoio às PME's em Moçambique estão alinhadas com práticas globais que visam fortalecer o sector privado como um pilar do desenvolvimento económico. A implementação bem-sucedida de tais políticas requer uma abordagem holística que considere tanto as necessidades financeiras quanto as barreiras regulatórias e administrativas que podem impedir o crescimento das PME's. A continuidade desses esforços é crucial para garantir que as PME's possam contribuir efectivamente para a economia nacional e para a geração de

emprego (Charbonneau & Menon, 2013, p. 36).

Países como o Quênia e a África do Sul demonstram a eficácia de políticas proactivas na promoção de PME's através de legislações e planos estratégicos focados em facilitar o acesso a financiamentos e mercados. No Quênia, a implementação do "*Micro and Small Enterprises Act*" em 2012 estabeleceu um quadro jurídico para o desenvolvimento e regulamentação das PME's, focando principalmente em melhorar a capacidade de financiamento e reduzir as barreiras ao crescimento. Da mesma forma, a África do Sul, através do seu "*National Small Business Act*", revisto em 2004, promoveu a criação de um ambiente mais favorável para as PME's, desenvolvendo programas que endereçam especificamente as necessidades de financiamento e mercado dessas empresas (DTI, 2010, pp. 5-6).

Essas políticas têm um impacto significativo na economia, uma vez que as PME's são reconhecidas por contribuir substancialmente para o emprego e para a renda nacional. De acordo com estudos de Fox e Sohnesen (2013, p. 17), as PME's são particularmente importantes em contextos de países em

desenvolvimento, onde são frequentemente uma das maiores fontes de emprego. Além disso, Omar et al. (2009, p. 4) salientam que, além de serem cruciais para a criação de empregos, as PMEs também desempenham um papel vital na inovação e no desenvolvimento económico, adaptando-se mais rapidamente às mudanças do mercado e às necessidades dos consumidores.

A experiência desses países ressalta a importância de políticas bem estruturadas e de apoio governamental contínuo às PMEs. Tais políticas não apenas promovem o crescimento económico sustentável, mas também ajudam a fortalecer a resiliência económica, garantindo que as PMEs possam prosperar mesmo em períodos de incerteza económica. Estes exemplos servem como modelos potenciais para outras nações que buscam estratégias eficazes para estimular o desenvolvimento das suas próprias PMEs.

4.3. Desafios e Oportunidades para PMEs em Moçambique

A trajetória das PMEs em Moçambique tem sido marcada por desafios substanciais que impactam a sua capacidade de crescer e competir tanto no mercado local quanto no

internacional. Entre esses desafios estão a falta de mercados acessíveis, caracterizada por um ambiente de negócios restritivo que limita as oportunidades de venda e expansão. Além disso, sistemas tributários rígidos impõem uma carga pesada sobre essas empresas, muitas vezes desproporcional ao seu tamanho e à sua capacidade económica. A infraestrutura inadequada, como deficiências em transporte e logística, energia eléctrica e tecnologia da informação, também cria barreiras significativas, dificultando a operação eficiente das PMEs (Jones & Tarp, 2012, p. 150).

No entanto, apesar destes obstáculos, as PMEs em Moçambique enfrentam um panorama de oportunidades significativas que emergiram das reformas económicas e da descentralização político-administrativa que começaram nos anos 80 e 90. Essas reformas têm gradualmente introduzido mais dinamismo no ambiente económico do país, fomentando um espírito mais competitivo e empreendedor. A descentralização tem o potencial de aumentar a governação local e de proporcionar políticas mais adaptadas às realidades regionais, o que pode favorecer o desenvolvimento de



mercados locais e a criação de uma cadeia de suprimentos mais integrada e eficiente para as PME's (Jones & Tarp, 2012, p. 153).

Portanto, para que as PME's em Moçambique aproveitem essas oportunidades e superem os desafios existentes, é essencial que continuem as políticas de reforma económica, juntamente com melhorias na infraestrutura e na legislação tributária. Isso exigirá um esforço coordenado entre os vários níveis de governo e o sector privado para criar um ambiente mais propício ao crescimento das PME's, que são vitais para o desenvolvimento económico sustentável do país (Jones & Tarp, 2012, p. 156).

4.4. Implicações das Reformas Políticas

As reformas políticas em Moçambique, incluindo a implementação de zonas económicas especiais e a promulgação de leis de investimento privado, são estratégias fundamentais adoptadas para fomentar o crescimento das PME's. Durante os mandatos de Armando Guebuza e Filipe Nyusi, essas iniciativas foram intensificadas como parte de uma estratégia mais ampla para revitalizar a economia e criar um ambiente mais

favorável ao desenvolvimento empresarial. As zonas económicas especiais, em particular, oferecem incentivos como isenções fiscais e simplificação dos processos de importação e exportação, com o objectivo de atrair investimentos e estimular a actividade económica local (Osano & Languitane, 2016, p. 118).

No entanto, a eficácia dessas políticas tem sido consistentemente limitada pela instabilidade política e económica que assola o país. Questões como mudanças frequentes em regulamentações, incerteza política e problemas de governação corroem a confiança dos investidores. Essa volatilidade complica o planeamento a longo prazo e a sustentabilidade das PME's, que frequentemente dependem de um ambiente estável para prosperar. As empresas enfrentam desafios significativos na obtenção de financiamento, na expansão das suas operações e na gestão de riscos operacionais e de mercado devido a essas incertezas (Osano & Languitane, 2016, p. 120).

Portanto, para que as reformas políticas tenham sucesso em promover efectivamente o crescimento das PME's, é essencial que sejam acompanhadas de

esforços para estabilizar o ambiente político e económico. Medidas para fortalecer as instituições democráticas e melhorar a governação podem ajudar a criar as condições necessárias para que as políticas de incentivo tenham o impacto desejado. Garantir a continuidade das políticas, independente das mudanças de governo, é crucial para construir um ambiente de negócios previsível e confiável que possa atrair investimentos sustentáveis e de longo prazo (Osano & Languitone, 2016, p. 122).

5. Resultados e Discussão

Os respondentes deste estudo representam uma diversidade de proprietários e gestores de PMEs, consultores de desenvolvimento empresarial e representantes de ONGs, cujas experiências proporcionam variadas perspectivas sobre as complexidades das políticas governamentais e a instabilidade política em Moçambique. Essa variedade sociológica é fundamental para entender como as diferentes interações sociais e profissionais influenciam a interpretação e reacção às políticas. Cada grupo traz percepções valiosas que reflectem não apenas as suas experiências directas, mas também as suas redes profissionais e sociais, que moldam as suas respostas

aos desafios políticos e económicos. Os respondentes, seleccionados por suas experiências e conhecimentos relevantes, fornecem uma análise profunda do ambiente operacional das PMEs, evidenciando como as políticas governamentais são percebidas e implementadas em diferentes níveis da sociedade.

Para preservar a integridade e a confiança no processo de colecta de dados, e em conformidade com os requisitos éticos acordados com os participantes, as identidades reais dos entrevistados foram ocultadas e substituídas por nomes fictícios em todas as publicações relacionadas a este estudo. Esta medida não apenas garante a protecção da privacidade dos respondentes, mas também mantém o foco na qualidade e na substância das suas contribuições, em vez de nas suas identidades pessoais. Este cuidado ético é crucial, pois permite uma discussão aberta e honesta sobre temas sensíveis, como instabilidade política e as suas implicações para as PMEs, sem o risco de repercussões pessoais ou profissionais para os entrevistados.

5.1. Impacto das Políticas Governamentais nas PMEs de Moçambique



O ambiente de negócios para as PME's em Moçambique é profundamente influenciado por mudanças nas políticas governamentais que acompanham os diversos mandatos presidenciais. As reformas tributárias, exemplificadas por Eduardo F., que destaca "*...as mudanças no mandato influenciaram as nossas operações principalmente através de reformas tributárias. Novos impostos e taxas foram introduzidos, o que pressionou o nosso fluxo de caixa*" (Eduardo F., entrevistado em 23/02/2023, em Maputo), ilustram como as políticas económicas podem impactar directamente a sustentabilidade financeira das empresas.

Ana M. complementa essa perspectiva ao mencionar os custos adicionais provenientes de regulamentações ambientais mais rígidas que surgem com cada nova administração (Ana M., entrevistada em 23/02/2023, em Maputo). Estas políticas, embora criadas com a intenção de modernizar a economia e proteger o meio ambiente, frequentemente aumentam os encargos operacionais das PME's, exigindo adaptações rápidas e custosas.

Nuno L. destaca como as políticas de incentivo à inovação

tecnológica ajudaram a impulsionar o crescimento da sua empresa, embora a inconsistência nas políticas entre os diferentes mandatos possa ser confusa e desafiadora (Nuno L., entrevistado em 23/02/2023, na Matola).

A sobrevivência e prosperidade das PME's em Moçambique estão intrinsecamente ligadas à estabilidade e às políticas dos mandatos presidenciais. A análise qualitativa das entrevistas revela que as PME's são sensíveis às flutuações políticas, que afectam directamente a sua operacionalidade e estratégias de crescimento.

Para entender o impacto das políticas governamentais nas PME's de Moçambique, duas teorias principais fornecem suporte teórico robusto conforme mencionado neste estudo.

5.2. Teoria Institucional

Esta teoria é explorada principalmente através dos trabalhos de Scott (2008) e DiMaggio & Powell (1983). A Teoria Institucional sugere que as estruturas formais e informais, como leis, normas e costumes, têm um papel significativo em moldar o comportamento das organizações. No contexto das PME's em Moçambique, as políticas governamentais influenciam

directamente a operacionalidade e a sustentabilidade das empresas. As mudanças de mandatos presidenciais podem resultar em um arcabouço regulatório que tanto impulsiona quanto restringe as actividades das PME. As normas institucionais estabelecidas por esses mandatos determinam em grande medida os desafios e oportunidades para as empresas, afectando a sua capacidade de adaptação e sobrevivência.

5.3. Teoria da Dependência de Recursos

Articulada por Pfeffer e Salancik (2003), essa teoria argumenta que a sobrevivência das organizações é fortemente influenciada pela sua capacidade de obter recursos essenciais, muitos dos quais estão sob controle governamental ou sujeitos a regulamentações estritas. Em Moçambique, as PME dependem significativamente de recursos que são directamente afectados pelas políticas governamentais, tornando-as vulneráveis às mudanças nas políticas e à estabilidade política do país. Esta teoria é crucial para entender como as PME gerenciam as suas dependências externas e como isso influencia as suas estratégias de negócios.

Essas teorias são fundamentais para analisar como as PME em

Moçambique se adaptam às mudanças no ambiente político e regulatório, mostrando que a estabilidade política e a continuidade das políticas de suporte são essenciais para assegurar um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento dessas empresas. Estas teorias proporcionam uma estrutura teórica que destaca a interdependência entre as políticas governamentais, a estabilidade política e a capacidade das PME de acessar recursos vitais, adaptar-se a regulamentações e responder às dinâmicas do mercado.

5.3.1. Teoria da Dependência de Recursos

Conforme desenvolvido por Pfeffer e Salancik (2003), esta teoria argumenta que a sobrevivência e eficácia de uma organização dependem significativamente da sua habilidade em adquirir e manter recursos críticos, muitos dos quais são controlados por políticas governamentais. As mudanças frequentes nessas políticas, como reformas tributárias, criam um ambiente de incerteza que pode comprometer o fluxo de caixa e a estabilidade financeira das PME, forçando-as a adaptações constantes que muitas vezes são dispendiosas.



5.4. Resposta das PME's à Instabilidade Política

A instabilidade política é frequentemente citada como uma fonte de incerteza que prejudica a capacidade das PME's de planear a longo prazo. As mudanças rápidas em políticas governamentais, como as descritas por João Cardoso, exigem que as PME's "*invistam em conformidade, muitas vezes com custos elevados e inesperados*" (João Cardoso, entrevistado em 24/02/2023, no Txumene/ Matola), o que pode desestabilizar as operações normais e afectar a sustentabilidade financeira. A capacidade de adaptação rápida torna-se um diferencial crucial, como observado por Nuno L., que menciona o aproveitamento das políticas de incentivo à inovação tecnológica para impulsionar o crescimento, apesar da inconsistência nas políticas (Nuno L., entrevistado em 24/02/2023, em Mulotana/Matola).

5.4.1. Aplicação das Teorias

Os desafios impostos pela instabilidade política demandam que as PME's não apenas reajam às mudanças, mas também se engajem proactivamente na previsão e preparação para futuras alterações no ambiente político e

regulatório. A capacidade de adaptação rápida, mencionada por Nuno L., reflecte uma estratégia vital para sobreviver e prosperar sob condições voláteis, caracterizando um exemplo de resiliência e inovação que são críticas sob a óptica da Teoria da Dependência de Recursos e da Teoria Institucional.

Estas teorias e autores proporcionam um quadro teórico robusto para analisar a influência da instabilidade política nas PME's, destacando a importância de políticas governamentais consistentes e previsíveis para o desenvolvimento sustentável do sector empresarial em Moçambique. Nesse sentido, a resposta das PME's à instabilidade política em Moçambique, conforme descrito, pode ser compreendida através da **Teoria da Dependência de Recursos** e da **Teoria Institucional**, que são sustentadas por autores como Pfeffer e Salancik (2003), Scott (2008) e DiMaggio e Powell (1983).

5.4.1.1. Teoria Institucional

Scott (2008) e DiMaggio e Powell (1983) oferecem *insights* sobre como as normas e regulamentos moldam o comportamento das organizações. Segundo a Teoria Institucional, as instituições não apenas restringem, mas

também criam oportunidades através do estabelecimento de regras que orientam as operações empresariais. Em Moçambique, cada novo mandato presidencial pode trazer consigo um conjunto diferente de regras e regulamentos que afectam directamente as operações das PMEs. Esta teoria ajuda a entender como as PMEs podem adaptar-se a essas mudanças para manter a legitimidade e acessar recursos cruciais, como financiamentos governamentais e incentivos fiscais, que são essenciais para a inovação e crescimento tecnológico mencionados por Nuno L (entrevistado em 24/02/2023, em Mulotana/Matola).

5.4.1.2. Eficiência do Apoio Institucional

O apoio institucional é um pilar fundamental para as PMEs, principalmente em contextos de incerteza regulatória causados por instabilidade política. Carlos T. ilustra como *"as mudanças de liderança às vezes resultam em períodos de incerteza regulatória que afectam o nosso planeamento estratégico e acesso a financiamentos internacionais"* (Carlos T., entrevistado em 15/03/2024, na Cidade da Matola), ressaltando a dependência das PMEs em relação à estabilidade política para garantir o

acesso continuado a recursos cruciais. Joana R., por sua vez, sublinha os desafios adicionais de manter os clientes informados e preparados frente às frequentes mudanças regulatórias (Joana R., entrevistado em 15/03/2024, na Cidade da Maputo). A eficiência desse apoio, portanto, não reside apenas na disponibilidade de recursos, mas também na capacidade do governo de manter uma linha de comunicação clara e previsível com o sector empresarial.

5.4.1.3. Eficácia do Apoio Governamental Durante os Diferentes Mandatos

O apoio governamental às PMEs em Moçambique é percebido como variável e frequentemente insuficiente para atender às suas necessidades. Carlos T. e Joana R. destacam que a instabilidade política pode resultar em *"períodos de incerteza regulatória que afectam a capacidade de planificação estratégica e o acesso a financiamentos internacionais"* (Carlos T., Joana R., 2024). Isso demonstra como a falta de consistência governamental pode limitar o acesso a recursos vitais, tornando crucial um suporte governamental adaptativo e continuado para que as PMEs possam navegar pelas flutuações económicas e regulatórias.



A eficácia do apoio governamental durante os diferentes mandatos presidenciais pode ser analisada por meio da Teoria da Dependência de Recursos e da Teoria Institucional. A Teoria da Dependência de Recursos, proposta por Pfeffer e Salancik (2003), destaca a dependência das PMEs de recursos controlados pelo governo, como financiamento e consultoria, e como as mudanças de mandato podem afectar essa disponibilidade. Por outro lado, a Teoria Institucional, conforme discutida por Scott (2008) e DiMaggio e Powell (1983), explora como as políticas governamentais moldam o comportamento organizacional, sugerindo que a estabilidade e previsibilidade dessas políticas são cruciais para a adaptação e conformidade das PMEs.

A instabilidade política mencionada por Carlos T. e Joana R. (2024) ilustra como a inconsistência nas políticas governamentais pode afectar adversamente as PMEs, interrompendo a sua capacidade de planificação a longo prazo e limitando o acesso a recursos essenciais. Isso sublinha a necessidade de um suporte governamental não apenas contínuo, mas também adaptativo, capaz

de responder eficazmente às mudanças económicas e regulatórias. Esses autores e teorias fornecem uma base robusta para entender como a variabilidade no apoio governamental, influenciada por mudanças nos mandatos presidenciais, impacta directamente a capacidade das PMEs de se sustentar e crescer, enfatizando a importância de uma governação estável e previsível.

5.4.1.4. Adaptação e Resiliência

A capacidade de adaptação e resiliência é um factor crítico para a sobrevivência e o crescimento das PMEs em um ambiente marcado pela instabilidade política. Nuno L. (2024), descreve como a sua empresa aproveitou as novas políticas de incentivo à inovação tecnológica para impulsionar o crescimento, apesar das inconsistências políticas. Fátima G. enfatiza a necessidade de rápida adaptação às novas directrizes governamentais com cada transição presidencial, ilustrando a agilidade necessária para navegar em um contexto político e económico em constante mudança (Fátima G., entrevistada em 16/03/2024, na Cidade de Maputo).

A discussão sobre a capacidade de adaptação e resiliência das PMEs em ambientes de instabilidade política pode

ser teoricamente sustentada pela Teoria da Dependência de Recursos e pelos conceitos de Isomorfismo Institucional dentro da Teoria Institucional. A Teoria da Dependência de Recursos, detalhada por Pfeffer e Salancik (2003), argumenta que a sobrevivência das organizações está intimamente ligada à sua capacidade de adquirir e manter recursos essenciais, muitos dos quais são influenciados ou controlados por políticas governamentais. Em contextos de instabilidade política, onde as políticas podem mudar rapidamente, a capacidade das PMEs de se adaptar a essas mudanças torna-se um componente crucial da sua resiliência. A adaptação rápida a novas condições permite às PMEs manter o acesso aos recursos necessários, apesar das flutuações no ambiente político e económico.

O conceito de isomorfismo institucional, introduzido por DiMaggio e Powell (1983), descreve como as organizações em um mesmo campo tendem a tornar-se semelhantes devido a pressões coercitivas, normativas ou miméticas. Em um ambiente de instabilidade política, a capacidade de uma PME de se adaptar rapidamente às mudanças regulatórias e políticas é um exemplo de isomorfismo coercitivo e mimético, onde as empresas modificam

as suas estruturas e práticas para alinhar-se às novas normas e manter a legitimidade e o acesso a recursos. Este alinhamento pode ser essencial para a sobrevivência em mercados voláteis. Os exemplos de Nuno L. e Fátima G. (2024), destacam como as PMEs que são capazes de se adaptar rapidamente às novas políticas governamentais e aproveitar as oportunidades de inovação podem não apenas sobreviver, mas também prosperar, apesar da instabilidade política.

Estas teorias fornecem uma base sólida para entender como a capacidade de adaptação e resiliência permite às PMEs navegar eficazmente em um ambiente de negócios caracterizado por incertezas políticas e económicas frequentes, destacando a importância de estratégias proactivas e ágeis em resposta à dinâmica do mercado e das políticas governamentais.

5.5. Impacto das Políticas Governamentais e Instabilidade Política nas PMEs: Uma Análise Crítica à Luz da Literatura Académica

O estudo sobre o impacto das políticas governamentais e a instabilidade política nas PMEs oferece um panorama substancial das vicissitudes enfrentadas por essas empresas. Esta secção pretende fazer



uma análise crítica dos dados qualitativos apresentados, vinculando-os à literatura existente e a teóricos renomados no campo da gestão empresarial e política económica. O objectivo é discernir a congruência entre as percepções dos entrevistados e os entendimentos teóricos.

A literatura sobre a gestão de PMEs frequentemente destaca que as políticas governamentais, como reformas tributárias e regulamentações ambientais, têm um impacto significativo nas operações dessas empresas. Os estudos de North (1990) sobre instituições e performance económica ressaltam que as mudanças nas políticas públicas podem alterar drasticamente o ambiente de negócios. Isso corrobora as observações de Eduardo F. e Ana M. (2024), sobre os desafios impostos por novas taxações e normas ambientais. Porter (1998) sugere que as políticas governamentais podem tanto estimular quanto restringir a inovação empresarial, exemplificado pelas dificuldades de adaptação mencionadas pelos entrevistados.

Segundo Rodrik (1999), a incerteza política pode minar as expectativas de longo prazo das empresas, levando a uma redução nos

investimentos e na eficiência operacional. Carlos T. e Joana R. (2024), descrevem como a instabilidade afecta o processo de planeamento estratégico e o acesso a financiamentos, reforçando o argumento de Alesina et al. (1996), de que a volatilidade política pode afectar negativamente o crescimento económico. As barreiras operacionais, como tarifas comerciais e burocracia, são recorrentes na literatura sobre economia do desenvolvimento. Bates (2001) afirma que tais barreiras frequentemente aumentam os custos de transacção e reduzem a eficiência do mercado, alinhando-se com as preocupações de Víctor P. (2024), sobre as regulamentações aduaneiras.

5.6. Adaptação e Resiliência das PMEs

A capacidade de adaptação das PMEs, apesar das adversidades, ressoa com a teoria da resiliência organizacional proposta por Weick (1993). Nuno L. e Fátima G. (2024), exemplificam essa capacidade ao descreverem como as suas empresas se beneficiaram das políticas de incentivo, apesar das inconsistências políticas. As análises dos entrevistados reflectem os estudos como os de Baum e Lake (2003), que observam como a instabilidade

política pode desestabilizar o clima de investimentos e gerar significativos obstáculos estratégicos para as empresas. As menções à interrupção de incentivos e às dificuldades de planeamento financeiro e estratégico ilustram as severas consequências da volatilidade política para a gestão de PMEs.

A instabilidade política e as mudanças nas políticas governamentais exigem que as PMEs demonstrem uma capacidade notável de adaptação, embora isso venha com custos significativos e incerteza. A estabilidade dos mandatos presidenciais e a consistência das políticas são fundamentais para que as PMEs possam prosperar. A falta de previsibilidade política e económica desencoraja o investimento e impõe barreiras operacionais que comprometem o crescimento e a sustentabilidade a longo prazo das PMEs.

5.7. Fundamentação Teórica

Para fundamentar teoricamente a discussão sobre a conexão entre instabilidade política e os desafios enfrentados pelas PMEs em Moçambique, recorreremos à Teoria da Dependência de Recursos de Pfeffer e Salancik (2003) e à Teoria Institucional de Scott (2008), DiMaggio e Powell (1983). Pfeffer e Salancik explicam que

as organizações dependem de recursos externos críticos para a sua sobrevivência, incluindo materiais, financeiros e acesso a licenças, informações e tecnologias, frequentemente controlados pelo governo. A instabilidade política pode levar a mudanças frequentes nessas regulações ou na disponibilidade desses recursos, impondo barreiras operacionais e financeiras às PMEs.

De acordo com Scott (2008) e DiMaggio e Powell (1983), as estruturas institucionais formais e informais moldam como as organizações operam dentro de um ambiente. A instabilidade política pode resultar em mudanças frequentes nessas estruturas, exigindo das PMEs uma constante adaptação a novas regras e regulamentos. Esta teoria discute o conceito de isomorfismo, sugerindo que as organizações muitas vezes têm que se moldar às novas normas para manter a sua legitimidade e acesso a recursos essenciais, mesmo que isso venha com custos elevados e incerteza.

5.8. Aplicação das Teorias

Os exemplos de Nuno L. e Fátima G. (2024), destacam como as PMEs que conseguem adaptar-se rapidamente às novas políticas governamentais e aproveitar as



oportunidades de inovação podem não apenas sobreviver, mas também prosperar, apesar da instabilidade política. A capacidade de adaptação e a resiliência são essenciais para a sobrevivência e o crescimento sustentável das PMEs. A análise dos dados colectados ilustra a profunda conexão entre a estabilidade política e a viabilidade das PMEs em Moçambique. As PMEs demonstram uma capacidade notável de adaptação a novos regimes políticos e políticas governamentais, embora esta adaptação venha com custos adicionais significativos e incerteza.

6. Conclusões e Recomendações

Este estudo concluiu que as frequentes mudanças nas políticas governamentais em Moçambique têm um impacto directo e substancial sobre as operações e a sustentabilidade das Pequenas e Médias Empresas (PMEs). As reformas tributárias rápidas e as regulamentações ambientais em constante alteração, especialmente com cada novo mandato presidencial, desafiam a capacidade das PMEs de manter operações estáveis e planear a longo prazo.

6.1. Conclusão Geral do Estudo

De forma geral, o estudo destaca a vulnerabilidade das PMEs à

instabilidade política, sublinhando como a incerteza política pode afectar adversamente o crescimento económico e a inovação dentro deste sector crucial. A falta de previsibilidade nas políticas governamentais cria um ambiente de negócios repleto de riscos, dificultando que as PMEs moçambicanas alcancem o seu potencial pleno.

A análise das entrevistas revela que os mandatos presidenciais, através de suas políticas governamentais, têm uma influência decisiva sobre a viabilidade das PMEs em Moçambique. A instabilidade política e a consequente falta de previsibilidade nas políticas governamentais criam um ambiente desafiador para estas empresas, que precisam de políticas consistentes e de um suporte governamental efectivo e adaptativo para garantir a sua sobrevivência e crescimento.

6.2. Principais Achados do Estudo

Os principais achados revelam que as PMEs são particularmente sensíveis às alterações nas políticas fiscais e ambientais, que frequentemente vêm acompanhadas de custos adicionais e necessidade de rápida adaptação. Além disso, a pesquisa evidencia que as mudanças nos subsídios governamentais e as regulamentações inconstantes

Onde nasce a ciência

impedem que estas empresas façam investimentos críticos e desenvolvam estratégias de longo prazo.

6.3. Interpretação dos Principais Resultados

Os resultados podem ser interpretados como um chamado para uma maior estabilidade política e coesão nas políticas governamentais. A continuidade e a previsibilidade nas políticas podem proporcionar um terreno mais fértil para que as PMEs floresçam, contribuindo mais eficazmente para o desenvolvimento económico nacional. Além disso, o fortalecimento das estruturas de apoio, como consultorias e acesso a financiamento, é crucial para ajudar essas empresas a navegar num ambiente político e económico frequentemente turbulento.

6.4. Contribuição do Estudo para o Campo do Saber Científico

A principal contribuição deste estudo para o campo do saber científico reside na sua exploração detalhada de como as políticas governamentais afectam as PMEs em um contexto de mercados emergentes, especificamente em Moçambique. Ao destacar a ligação entre instabilidade política e a saúde empresarial, esta pesquisa oferece

insights valiosos sobre a importância de políticas governamentais estáveis e coerentes. Além disso, o estudo amplia a compreensão sobre a necessidade de estratégias adaptativas robustas que possam mitigar os efeitos da volatilidade política sobre o sector empresarial, contribuindo para uma literatura que ainda é relativamente escassa sobre o impacto da política no crescimento das PMEs em contextos africanos.

6.5. Recomendações

- **Consistência Política:** É imperativo que futuras administrações em Moçambique busquem uma maior estabilidade política e continuidade das políticas para garantir um ambiente de negócios mais favorável às PMEs.
- **Apoio Governamental Efectivo:** O governo deve esforçar-se para fornecer um apoio mais consistente e alinhado com as necessidades reais das PMEs, facilitando não apenas o acesso a recursos financeiros, mas também oferecendo suporte regulatório e técnico adequado.
- **Engajamento das PMEs nas Políticas:** Recomenda-se que as PMEs sejam mais activamente

envolvidas no processo de formulação de políticas para garantir que as suas necessidades e desafios sejam adequadamente representados e considerados.

7. Referências Bibliográficas:

- Brito, L. (2019). *Centralização e Descentralização no Contexto Pós-Colonial de Moçambique*. Maputo: Editora Universitária. p. 58.
- Charbonneau, J., & Menon, H. (2013). *Supporting SMEs for Development*. Nova York: Routledge. pp. 34, 36.
- DOI:
<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches* (4th ed.). Sage Publications.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2011). *The Sage Handbook of Qualitative Research* (4th ed.). Sage Publications.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.
- DTI (Department of Trade and Industry). (2010). "National Small Business Act." Pretória: DTI. pp. 5-6.
- Eniola, A. A., & Entebang, H. (2015). Government policy and performance of small and medium business management. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 5(2), 237-248.
<https://doi.org/10.6007/IJARBSS/v5-i2/1481>
- Fox, L., & Sohnesen, T. P. (2013). "Household Enterprises in Sub-Saharan Africa: Why They Matter for Growth, Jobs, and Livelihoods." World Bank Policy Research Working Paper, No. 6184. p. 17.
<https://doi.org/10.1596/1813-9450-6184>
- Gee, J. P. (2014). *An Introduction to Discourse Analysis: Theory and Method* (4th ed.). Routledge.
- Hillman, A. J., Withers, M. C., & Collins, B. J. (2009). Resource dependence theory: A review. *Journal of Management*, 35(6), 1404-1427.
<https://doi.org/10.1177/0149206309343469>
- Jones, S., & Tarp, F. (2012). *Challenges and Opportunities for Small and Medium Enterprises in Mozambique*. International Journal of Business and Economics, 11(2), 150-156.
<https://doi.org/10.1093/joclec/nhs003>
- Krippendorff, K. (2013). *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology* (3rd ed.). Sage Publications.
- MIC (Ministério da Indústria e Comércio). (2007). *Conhecer e Usar o Financiamento para PMEs*. Maputo: MIC. p. 12.
- Omar, M., Arokiasamy, L., & Ismail, M. (2009). "The Background and Challenges Faced by the Small Medium Enterprises. A Human Resource Development Perspective." *International Journal of Business and Management*,

4(10), pp. 4.
<https://doi.org/10.5539/ijbm.v4n10p95>

Ongolo, S., & Owino, W. (2013). Policy failure and the development of small businesses in Mozambique. *Journal of African Business Studies*, 9(1), 110-122.
<https://doi.org/10.1080/15228916.2013.10846325>

Osano, H. M., & Languitone, H. (2016). *Factors influencing the success of business support reforms in Mozambique*. *Journal of African Business*, 17(3), 118-122.
<https://doi.org/10.1080/15228916.2016.1182560>

Patton, M. Q. (2015). *Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice* (4th ed.). Sage Publications.

Pfeffer, J., & Salancik, G. R. (2003). *The External Control of Organizations: A Resource Dependence Perspective*. Stanford University Press.

Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (2012). *Qualitative Interviewing: The Art of Hearing Data* (3rd ed.). Sage Publications.

Scott, W. R. (2008). *Instituições e Organizações: Ideias e Interesses*. Sage Publications.

Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods* (6th ed.). Sage Publications.



ALBA[®]

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL